

FEDERALISMO



Frente às dificuldades de caixa, prefeitos e governadores buscam novos recursos, entre eles a distribuição a estados e municípios de parte do montante que for arrecadado com o bônus de assinatura no leilão do excedente do pré-sal. A ampliação do Fundo de Participação dos Municípios em 1% é outra aposta de prefeitos. Além disso há o debate acerca da prorrogação dos atuais mandatos municipais para a coincidência das eleições em 2022, que tem despertado o interesse de mandatários municipais, apesar das dificuldades no parlamento e a posição contrária do PT.

PEC do fim da reeleição e prorrogação de mandatos

A apresentação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 56/2019, do deputado Peninha (MDB/SC) reacendeu o debate sobre a coincidência de mandatos e o fim da reeleição para o Executivo.

A proposta foi apensada à PEC 376/2009, do deputado Ernandes Amorim (PTB/RO), que, assim, voltou a tramitar.

A PEC tem a seguinte ementa: “Estabelece a coincidência geral dos pleitos para todos os mandatos eletivos, aumenta de oito para dez anos o mandato de Senador, estabelece o mandato de cinco anos para todos os cargos eletivos e põe fim ao instituto da reeleição para os cargos do Poder Executivo”.

Em torno desse debate se movimentaram principalmente prefeitos e prefeitas no exercício do mandato tendo em vista a prorrogação de dois anos. A Confederação Nacional de Municípios (CNM), juntamente com várias associações estaduais passou a se mexer e buscar apoio justificando, principalmente, a redução dos custos das eleições com a coincidência destas.

O deputado Peninha assevera: “As eleições do ano passado custaram cerca de novecentos milhões de reais. Com esse dinheiro seria possível construir quatrocentas creches, comprar 3,5 mil ambulâncias

com UTI móvel ou ainda pagar o salário de quinze mil policiais por um ano. Qual é a prioridade para nós, brasileiros, nesse momento? Educação, saúde e segurança, ou eleição?”

A CNM também procura justificar o apoio à medida pela redução de custos: “A CNM reforça que o objetivo da proposta de reforma é reduzir os custos financeiros e políticos das eleições, incluindo o tempo gasto com as campanhas eleitorais – que intercaladas, desgastam o gestor local a cada dois anos e não quatro, já que ele também se envolve nos pleitos estaduais. Além disso, a mudança possibilita o alinhamento de planejamento e execução de políticas públicas entre a gestão governamental nos três níveis”.

Mesmo tal proposta tendo despertado o interesse de prefeitos e prefeitas, inclusive do PT, o partido tomou posição contrária, ao ver na PEC um grave desvio, emitindo a seguinte nota:

“O PT E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

O Partido dos Trabalhadores tem posição firmada, histórica e conceitualmente, contra toda e qualquer forma de prorrogação de mandato. O voto da população tem que ser respeitado sempre e a pror-

rogação é uma afronta à soberania popular.

O PT tem entre as suas tarefas centrais a defesa da realização das eleições municipais de 2020. O Partido é contra toda e qualquer manobra de adiamento. Não há nenhuma razão para isso e quem consente com essas manobras acaba atuando em causa própria e contra as causas do povo. Quem deve temer o voto do povo é quem corta os direitos e esvazia a esperança de uma vida melhor. Cabe a nós lutar na direção contrária, convencendo a necessidade de participação, mostrando que a abstenção e a anulação do voto favorecem a direita e aos mais ricos, ligando voto à conquista de uma vida digna.

Nas próximas eleições – e desde já, na sua preparação – devemos buscar o diálogo popular para compreender os problemas dos municípios em meio à estagnação econômica, ao desemprego, à perda do Mais Médicos e dos cortes na educação, no saneamento, no MCMV. A vida do povo piorou muito, não tem perspectiva de melhora e devemos – também nas eleições – discutir as razões que levaram a essa situação. Devemos buscar, junto com o povo, as respostas políticas para os grandes problemas dos municípios. Desde os pequenos municípios até às regiões metropolitanas, as eleições oferecem um cenário para apresentarmos propostas e nossas candidaturas, retomar nossos laços com o povo pobre, a juventude, as mulheres, negros e negras, a população LGBTQI+.

Estamos trabalhando na Direção Nacional do PT para apoiar nossas campanhas nas eleições municipais. Vamos contribuir com os programas municipais com base na democracia, planejamento, gestão participativa e na boa experiência dos programas sociais para beneficiar a grande maioria. Vamos ajudar na construção de redes de comunicação capazes de mobilizar nossa militância e simpatizantes. Vamos aprofundar o diálogo com partidos e movimentos sociais que junto com o PT tem defendido a democracia.

O PT tem muito a fazer para se preparar e conquistar avanços e vitórias nas próximas eleições municipais!”

Apesar de toda mobilização da CNM, por enquanto a PEC não deve avançar, uma vez que na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do dia 18 de junho o requerimento para incluir a PEC na pauta foi rejeitado e o presidente Francischini (PSL/PR), através

das redes sociais assegurou que "como presidente da CCJ, não pautarei o projeto antes de um amplo debate".

PEC aumenta 1% o FPM

Também está na reta final, com grande expectativa de prefeitos e prefeitas, a PEC 391/2007, que prevê a ampliação do FPM de 24,5% para 25,5% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR).

A PEC do senador Raimundo Lira, já aprovada no Senado, propõe alterar o artigo 159 da Constituição Federal, que disciplina a distribuição de recursos da União ao FPM, foi aprovada na Comissão Especial no dia 18 de junho e está, assim, pronta para o Plenário. A medida aumenta em mais 1% a participação dos municípios no IPI e IR a ser entregue no primeiro decêndio do mês de setembro de cada ano.

Há acordo no Congresso e a anuência do governo para sua aprovação, por isso prefeitos e prefeitas estão contando com isso.

Apesar da expectativa de prefeitos e prefeitas, a ampliação da participação dos municípios será gradual, sendo de 0,25% nos anos de 2020 e 2021, de 0,5% em 2022 e, apenas a partir de 2023 passará a ser de 1%, ou seja, o alívio às finanças municipais acontece apenas na próxima gestão.

Bônus de assinatura do pré-sal

Com expectativa de alívio ainda esse ano para as contas dos municípios está a participação de estados e municípios nos recursos arrecadados pela União com o leilão do excedente da cessão onerosa do pré-sal, a ser feita segundo a lei da partilha no segundo semestre, segundo o governo.

A União espera arrecadar cerca de 106 bilhões de reais com o Bônus de Assinatura, que as empresas devem pagar ainda esse ano. Há projetos e expectativa de participação de estados e municípios no acesso a esses recursos. Existe uma emenda da bancada do PT no Senado que prevê 50% para estados e municípios e o governo sinaliza contraditoriamente em relação a essa participação.

Prefeitos e prefeitas esperam por esses recursos para fechar as contas de 2019.